

A OFERTA DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO NOS INSTITUTOS FEDERAIS E A DUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Adriana Paula MARTINS¹

Universidade de Uberaba – UNIUBE

Sueli Teresinha de ABREU-BERNARDES

(Orientadora) Universidade de Uberaba – UNIUBE

Apoio: CAPES/OBEDUC

Resumo

Este trabalho científico tem como tema os institutos federais e os cursos técnicos integrados ao ensino médio. A questão central é qual o papel das instituições e dos cursos em discussão diante da dualidade da educação brasileira? O objetivo geral é analisar a proposta de criação desses cursos nessas instituições com relação à dualidade da educação. Os objetivos específicos são: realizar um recorte na história da educação profissional, descrever a proposta dos institutos federais, conceituar os cursos técnicos integrados ao ensino médio e analisar as propostas de profissionalização dos institutos e dos cursos pesquisados. Os referenciais teóricos deste estudo são Frigotto (2007, 2009 e 2011), Kuenzer (1997), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e Ciavatta e Ramos (2011). Essas pesquisas discutem a dualidade na educação, a história da educação profissional, a criação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e dos institutos federais. Este trabalho constitui-se em uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa de acordo com Lüdke e André (1986). Os procedimentos metodológicos utilizados são: estudo do estado da arte, fichamentos e leitura cruzada. Os resultados finais descrevem que a criação dos cursos e das instituições pesquisadas não acabou com a dualidade histórica na educação brasileira, mas seguiu os anseios e projetos societários dos governos anteriores. Todavia essa dualidade não resulta apenas do cenário da educação profissional. A criação dos cursos técnicos integrados e dos institutos federais pode constituir em uma possibilidade de reestruturação da educação profissional, o que contribui para findar a dualidade na educação.

Palavras-chave: Cursos técnicos integrados. Institutos federais. Dualidade na educação.

¹¹Mestranda em Educação pela UNIUBE; integrante do Observatório da Educação “Interdisciplinaridade na Educação Básica: estudos por meio da arte e da cultura popular”, CAPES/OBEDUC; pedagoga na Pró-Reitoria de Ensino e professora na Educação a Distância do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. adrianapaula@iftm.edu.br.

Introdução

A dualidade na educação brasileira perpassa por aspectos da história, sobretudo políticos e sociais. Tal história está relacionada a anseios da sociedade dividida em classes sociais e baseada na economia capitalista.

A educação profissional está fortemente comprometida com essa característica dual da educação, por suas raízes segregadoras, voltadas para a formação de mão de obra qualificada para atender as necessidades da economia capitalista. Atualmente essa modalidade de educação vem sofrendo grandes transformações, as quais deram origem aos cursos técnicos integrados ao ensino médio e aos institutos federais de educação ciência e tecnologia.

No entanto, qual o papel desses cursos e dessas instituições com relação à dualidade da educação? Para alcançarmos tal resposta inicialmente apresentamos um estudo do estado da arte sobre o tema em pauta, em sequência descrevemos as propostas dos cursos técnicos integrados e dos institutos federais a partir da legislação vigente e finalmente tecemos uma discussão sobre a história e a proposta dos cursos e instituição pesquisados.

1. O estudo do estado da arte

Para o entendimento inicial sobre a temática em pesquisa realizamos o estudo do estado da arte sobre os institutos federais e os cursos técnicos integrados ao ensino médio. Esse estudo, de caráter bibliográfico, é definido pela análise de produções científicas já existentes sobre a temática pesquisada.

Para realização desse estudo pesquisamos a temática investigada utilizando as palavras-chave “educação profissional, institutos federais, cursos técnicos integrados e dualidade na educação” nos sites de busca do *Google*, nos portais da CAPES e Domínio Público. Por esse meio chegamos às produções de Grabowsky (2010) Otranto (2010), Benfatti (2011), Soares (2003), Ramos (2010) e Schmidt (2010).

A tese de doutoramento de Grabowsky (2010) foi citada por Frigotto (2011) na Conferência de Abertura da 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa – ANPEd, que aconteceu no ano de 2010. Esta investigação científica objetiva compreender como o modelo adotado pelo Estado brasileiro na educação profissional está estruturado para atender os interesses do setor privado que atua e hegemoniza a oferta desta modalidade de ensino no país.

Encontramos uma análise sobre os primeiros movimentos para a implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFETs na pesquisa de Otranto (2010).

Os sujeitos pesquisados nessa investigação científica trabalhavam nas Escolas Agrotécnicas, nos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs e nas Escolas Vinculadas às Universidades Federais das diferentes regiões do país, que posteriormente foram transformadas em Institutos Federais.

Estudamos uma pesquisa que analisou a integração dos currículos de Ensino Médio e Educação Profissional de três escolas ofertantes de cursos técnicos integrados ao ensino médio na tese de Benfatti (2011). Essa investigação científica busca promover uma metodologia avaliativa que subsidie as escolas na avaliação curricular dessa modalidade de ensino. É uma pesquisa avaliativa de abordagem qualitativa, que utilizou o estudo de caso como procedimento metodológico. As fontes utilizadas na pesquisa foram: os alunos, os professores, os gestores, os documentos oficiais da escola e os marcos legais do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Os resultados da investigação indicam que, nas escolas observadas, a integração está idealizada e concebida nos planos de cursos. No entanto, essa integração desenvolve-se por práticas curriculares que ainda acompanham o modelo dualista.

A história da política educacional brasileira e o perfil de formação profissional relacionado à economia são o objeto de pesquisa da tese de doutoramento de Soares (2003). Essa pesquisa se alicerça numa análise crítica, recorrendo a Paulo Freire, Florestan Fernandes, Rubem Alves, Antonio Gramsci e Boaventura Santos. Esse estudo busca na análise histórica do ensino técnico agropecuário identificar a categoria “dualidade estrutural”. Os resultados demonstram que em toda a história do ensino técnico profissional a dualidade estrutural está presente, apresentando apenas nuances diferenciadas de acordo com os mecanismos de consenso utilizados pela sociedade política junto à sociedade civil.

Encontramos objetivo semelhante na dissertação de Ramos (2010), onde são pesquisadas as políticas governamentais direcionadas ao mundo do trabalho, a estruturação e o funcionamento da educação profissional a partir dos cursos técnicos no Brasil. A análise dos dados constataram que, historicamente, a linha central das políticas para o ensino profissional tem sido organizada em torno da relação capitalismo e trabalho. A pesquisa de campo foi desenvolvida com trinta e nove egressos da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, na qual o resultado descreveu que a maioria desses egressos procurou a instituição não como um meio de profissionalização, mas como um meio de chegarem ao ensino superior com mais facilidade.

Schmidt (2010) em sua pesquisa realizou uma retrospectiva histórica da educação profissional no Brasil, com ênfase na rede federal. Esse estudo enfoca a proposta do governo

federal em relação à expansão da referida rede e analisa as características dos institutos federais incorporada ao processo de expansão.

2. As propostas dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e dos institutos federais

Inicialmente recorreremos aos marcos legais para identificarmos as propostas dos institutos federais e dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. Encontramos uma definição sobre os cursos técnicos integrados ao ensino médio no Decreto 5.154/04, onde vemos que a educação profissional e tecnológica de nível médio poderá ser ofertada por meio de três formas de articulação: integrada, concomitante e subsequente. A forma de articulação da educação profissional integrada ao ensino médio, ou cursos técnicos integrados ao ensino médio, é destinada a estudantes que tenham concluído o ensino fundamental e desejam cursar o ensino médio juntamente com um curso profissionalizante na mesma instituição. A articulação da educação profissional concomitante ao ensino médio é oferecida aos concluintes do ensino fundamental, que estejam cursando o ensino médio na mesma instituição ou instituições diferentes. A articulação da educação profissional com o ensino médio na forma subsequente é destinada somente aos educandos que tenham concluído o ensino médio e queiram adquirir uma habilitação profissional.

Assim sendo, os cursos técnicos na forma integrada com o ensino médio são oferecidos simultaneamente, sendo vedada a organização desses cursos em duas partes distintas - ensino médio e técnico. Nessa modalidade de ensino o projeto pedagógico, a matriz curricular, a matrícula e a certificação dos alunos são únicos, de modo a garantir o cumprimento simultâneo das finalidades estabelecidas, tanto para a educação profissional técnica de nível médio quanto para o ensino médio.

O Decreto 5.154/04 estabelece que a duração dos cursos de educação profissional técnica de nível médio realizados de forma integrada com o ensino médio deverá contemplar as cargas horárias mínimas definidas para ambos, isto é, para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio. A esses mínimos exigidos, devem ser acrescidas as cargas horárias destinadas a eventuais estágios supervisionados, trabalhos de conclusão de curso ou provas finais e exames, quando previstos pelos estabelecimentos de ensino em seus projetos pedagógicos.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio descreve o contexto político no qual resultou a homologação do Decreto 5154/04. Em dois seminários organizados pelo MEC para discussão de diretrizes para a

educação profissional e para o ensino médio foram evidenciadas duas concepções de educação profissional. A primeira, ancorada nos princípios do Decreto nº. 2.208/97, separava a educação profissional da educação básica e a segunda debatia os princípios da educação tecnológica. A discussão, a partir desses eventos, sobre as finalidades do ensino médio foi centrada em uma política de construção de um projeto que supere a dualidade entre formação específica e formação geral. Ou seja, um redirecionamento da formação profissional e de seus objetivos para a formação humana, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, o que resultou na homologação do Decreto 5154/2004.

Lemos na lei de criação dos institutos federais - Lei 11.892/08 - que as finalidades dessas instituições são ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades. Tal lei propõe ainda que os Institutos federais devem promover a integração e a verticalização da educação básica até a educação superior, utilizando-se dos recursos humanos, da infraestrutura física dos centros federais de educação tecnológica e das escolas técnicas vinculadas a universidades que aderiram a Chamada Pública 02/2007². É previsto que as instituições em estudo devem constituir-se em centros de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, de ciências aplicadas, em particular e qualificar-se como referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino. É regulamentado ainda que estas instituições de ensino orientem sua oferta formativa em benefício da consolidação dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a partir de um mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural em cada região.

No que tange aos objetivos dos institutos federais é planejado que estes ministrem educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Além disso, os institutos devem oferecer cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura, cursos de bacharelado, cursos de engenharia, cursos de pós-graduação lato sensu, cursos de pós-graduação stricto sensu e programas especiais de formação pedagógica, destinado a professores para a educação básica. Com ênfase na pesquisa, os institutos devem realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. No trabalho de extensão devem ser desenvolvidas atividades de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional, em articulação com o mundo do trabalho e

²No ano de 2007, por meio da minuta do Decreto 6905/2007 e da Chamada Pública 02/2007 as instituições interessadas e que preenchiam os requisitos para tanto puderam enviar suas propostas de transformação em Institutos Federais.

os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Além disso, é atribuído aos institutos federais o papel de estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

3. Uma discussão sobre a história e a proposta

Os institutos federais estão historicamente ligados à educação profissional. No Brasil essa modalidade de ensino tem sua história assinalada por reestruturações que se processaram desde a criação das escolas de aprendizes e artífices em 1909, no governo de Nilo Peçanha até a criação dos institutos federais em 2008. No decorrer de um século muitas mudanças aconteceram, principalmente na expansão do número dessas instituições.

Fundamentados nas discussões de Frigotto (2007, 2009 e 2011), Kuenzer (1997), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e Ciavatta e Ramos (2011) direcionamos nosso olhar, de modo crítico, para alguns recortes da história da educação profissional. Esses pesquisadores tecem suas discussões sobre a realidade da educação brasileira com reflexões críticas sobre as finalidades das propostas educacionais do passado, do presente e a relação existente entre elas. Portanto, encontramos nesses estudos a preocupação com a realidade implícita na proposta de criação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e dos institutos federais. Essas propostas, de acordo com a compreensão desses estudiosos, estão comprometidas com a dualidade histórica da educação no Brasil.

A dualidade na educação é um termo utilizado por Kuenzer (1997) ao se referir às diferenças evidentes entre o tipo de educação integral destinada aos filhos da classe rica e a forma da educação profissional destinada aos filhos dos trabalhadores da classe pobre.

Em Frigotto (2007) encontramos uma discussão sobre as políticas de educação básica e profissional nas últimas três décadas, bem como a consequência das mudanças ocorridas nesse período. Nesse artigo o pesquisador aponta o pensamento social, político e econômico brasileiro de estudiosos como Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior. Pelo olhar de Frigotto (2007) os pensadores citados descrevem que os projetos societários mantenedores da escola dual, foram constituídos pela educação profissional/tecnológica restrita a formação do “cidadão produtivo”, adequado às necessidades do mercado capitalista e pela educação de formação geral destinada as elites. Essa educação dualista contribuiu para a manutenção de uma sociedade também dualista, separada de acordo com cada classe social.

Ciavatta e Ramos (2011) contribuem à discussão de Frigotto (2007) tecendo reflexões sobre a dualidade existente na educação entre o ensino médio e a formação técnica. As pesquisadoras também compreendem essa dualidade por suas origens históricas galgadas na

sociedade estruturada em classes e fundamentada no capitalismo. As diferenças sociais, refletidas na educação no Brasil, tem suas origens no período colonial e se arrastam pela história do país. Nessa história foi consolidada a educação geral destinada ao prosseguimento dos estudos superiores e a educação profissionalizante para aquisição de um ofício que atendesse as necessidades de produção do mercado capitalista. A primeira forma de educação destinada à classe alta e a segunda destinada aos filhos dos trabalhadores da classe pobre.

A obra de Kuenzer (1997) reflete sobre essa dualidade expressa na dupla função da educação básica de preparar para a continuidade dos estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho e aponta esse problema relacionado a uma política determinada pela sociedade capitalista. Tal sociedade baseada no setor produtivo cria classes sociais diferenciadas, cada uma com suas respectivas necessidades. A garantia da posição social dessas classes está na criação de seus próprios intelectuais. É na formação desses intelectuais que a escola atua em atendimento às demandas e às funções inerentes a divisão social criada pelo capitalismo.

Historicamente o período compreendido pela ditadura militar (1964-1984) contribuiu para alguns projetos societários e como consequência consolidou muitas reformas educacionais no Brasil. A concepção de educação desenvolvida nesse período é fundamentada no capitalismo e na ideologia que “mantinha, no horizonte da classe dominante, a ideia da educação como forma de integração, ascensão e mobilidade social” (FRIGOTTO, 2007, p.1137). Sob esses ideais a educação emancipadora de jovens e adultos cedeu seu lugar a “pedagogia do mercado” concebida por meio do Movimento de Alfabetização de Adultos – MOBRAF. Dentro dessa proposta educativa para o mercado de trabalho a profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional foram solidificadas, sobretudo pela adoção da proposta do Sistema S³ como política governamental para a educação.

A Lei de Diretrizes e Bases homologada em 1971 instituiu a obrigatoriedade de uma habilitação profissional para os cursos do antigo 2º grau, os quais atualmente se configuram em ensino médio. As concepções da referida lei foram articulados à política e à economia da época, determinadas pela ditadura militar. Dessa forma os objetivos do ensino médio versavam sobre a contenção da demanda de estudantes ao ensino superior, a consolidação de um ensino tecnicista e a preparação de mão de obra qualificada para atender as demandas do desenvolvimento econômico da época.

³ O sistema S tem o objetivo de oferecer qualificação profissional e é formado pelas seguintes instituições: Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC

Todavia o desenvolvimento em questão estava relacionado com o mercado externo. Tal fato ocorreu porque o cenário mundial enfocava os Estados Unidos, no período historicamente conhecido como Guerra Fria. Nesse período vários governos ditatoriais foram instaurados na América Latina, os quais por sua vez implantaram um sistema educacional pautado em políticas ideológicas a serviço dos seus interesses. A educação brasileira passou a ser regida pelo planejamento de teóricos e técnicos americanos com vistas a atender as imposições firmadas pelos acordos entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID.

Na década de 1980, o projeto societário constituiu a pauta de disputas na defesa de uma educação fundamentada nos ideais da escola politécnica socialista. No entanto os avanços da Constituição de 1988 não conseguiram promover as rupturas necessárias.

A história da dualidade na educação continua no governo do presidente Fernando Collor de Melo, marcado pelo ajuste às reformas neoliberais e a privatização dos bens do país. As políticas públicas para a educação desse governo são oriundas das condições dos acordos financeiros firmados a partir de 1949 entre o Banco Mundial, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o Fundo Monetário Internacional e os estados nacionais. Ressaltamos que tais acordos, embora enfatizem a formação de uma mão-de-obra adequada à nova realidade do setor produtivo, não aceitavam uma intervenção acentuada do Estado na área educacional. Foi por essa concepção que o MEC desenvolveu suas políticas voltadas para a formação técnica e profissionalizante.

Posteriormente, no governo de Fernando Henrique Cardoso os pressupostos educacionais da ditadura militar continuaram se relacionando com a concepção do mercado capitalista. No entanto os direcionamentos da educação são voltados para uma “pedagogia das competências” (CIAVATTA E RAMOS, 2011) e da empregabilidade. A pedagogia das competências atribui aos próprios trabalhadores o acesso a empregabilidade, direcionando-os a educação para a produção e atendimento ao mercado capitalista, exclui os conteúdos científicos, encerrando a formação a uma profissionalização. “Em nome do ajuste, privatizaram a nação, desapropriaram o seu patrimônio [...] a educação não mais é direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil” (FRIGOTTO, 2011, p.240). Algumas das políticas desse período estão expressas no Decreto nº 2.208/97. As regulamentações do referido decreto ampliaram a dualidade na educação, sobretudo a nítida separação entre educação profissional e ensino médio, estendida ao ensino superior.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva novos horizontes foram vislumbrados para a criação de outro projeto de sociedade, diferente da tradição histórica que instaurou uma

educação dualista. Segundo Oliveira (2009) a eleição do referido presidente estava fundamentada na atuação do Partido dos Trabalhadores e em seu trabalho de esquerda, o que poderia configurar em um marco de não retorno a partir do qual se impõem novos desdobramentos. Consideramos como uma vertente dessa mudança a homologação do Decreto 5154/2004, que regulamenta os cursos técnicos integrados ao ensino médio, conferindo um olhar peculiar à educação profissional e ao ensino médio.

A partir do referido decreto é igualmente atribuído ao ensino médio o objetivo de formar um sujeito leitor e transformador de sua realidade, bem como ensinar-lhe os conhecimentos específicos a sua sobrevivência profissional. Nesse sentido, compreendemos a afirmação de um ensino médio que destitua a dualidade e sirva as múltiplas dimensões da vida do sujeito. Tal proposta de ensino não pode ser determinada apenas pelo conhecimento geral ou somente pelas diretrizes do mercado capitalista. Por esse raciocínio, Frigotto (2009) considera que a superação do dualismo e do tecnicismo no ensino médio está no ensino médio integrado.

Na sua gênese, dentro das contradições da travessia, tratava-se de resgatar a perspectiva do ensino médio na perspectiva da educação politécnica ou tecnológica. Concepção refutada e abertamente combatida pelas forças conservadoras do governo FHC. Daí, contrariamente à perspectiva de aligeiramento e profissionalização compulsória da Lei n. 5.692/71 e do dualismo imposto pelo Decreto n. 2.208/97, o ensino médio integrado amplia de três para quatro anos este nível de ensino para permitir ao jovem uma formação que articule ciência, cultura e trabalho. Uma perspectiva, portanto, que supere tanto o academicismo quanto a visão de profissionalização adestradora (FRIGOTTO, 2007, p.13).

No entanto, a oferta do ensino médio integrado ou cursos técnicos integrados ao ensino médio, está relacionada aos institutos federais. Frigotto (2009) entende que esse fato pode prejudicar o caráter essencial de findar o dualismo da educação dos cursos em questão. Esse pesquisador considera que os institutos federais expandem o dualismo para o ensino superior e mantem a tradição histórica de desigualdades sociais perante decisões corporativas e verticalizadas do governo. Somado a isso, o Ensino Médio da Rede Federal pode ser visto com menor prestígio por estar historicamente ligado a profissionalização. Lemos ainda nas pesquisas de Frigotto (2009) que o ensino médio integrado nos institutos federais existe apenas para atender a um dos objetivos da lei de criação dessas instituições.

A criação dos institutos federais revela que os caminhos seguidos na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva seguiram com a tradição histórica das diferenças sociais no Brasil. Podemos perceber traços desse continuísmo na grande expansão na rede federal de ensino, vista em um primeiro momento como positiva. Dentro dessa expansão citamos a

criação de quatorze novas universidades federais, a abertura de concursos públicos, a ampliação dos recursos de custeio, a ampliação dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs e posteriormente, em 2008, a transformação desses centros em Institutos Federais de Ciência e Tecnologia.

Em sua análise crítica Frigotto (2011) vai de encontro às finalidades da expansão que deu origem aos institutos federais. De modo contrário ao previsto no exposto pela lei de criação dessas instituições encontramos uma intencionalidade velada nas reformas educativas com vistas a conciliar os interesses de uma pequena parcela da sociedade às necessidades de uma grande população desvalida. Essa conciliação, no entanto, adequa as necessidades da maioria preservando os interesses da minoria. Dessa forma a educação profissional contribui para a formação do sistema dualista da educação, o qual mantém e expande a distância existente entre as diferentes classes sociais.

Por esse entendimento, apesar das disputas que culminaram em reformas educacionais, sobretudo na criação dos institutos federais, a educação profissional e tecnológica constituiu-se na última década preservando sua estreita relação com o setor privado. Essa associação consequentemente reafirma a dualidade histórica da educação. É sobre a continuidade dessa dualidade que Frigotto (2011), amparado por Cunha (2005) tece sua conclusão sobre a expansão que deu origem aos institutos federais. A visão crítica desse pesquisador é que a tendência de ampliar a dualidade histórica da educação para o ensino superior foi almejada desde 1980 e foi alcançada por meio da transformação da Rede de Escolas Técnicas Federais em CEFETs e, posteriormente, em universidades tecnológicas ou Institutos Federais.

Encontramos também na pesquisa de Otranto (2010) uma articulação entre as finalidades descritas na lei de criação dos institutos federais e os setores produtivos, principalmente na proposta de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas, na oferta formativa, em benefício dos arranjos produtivos locais. Uma das metas dessa articulação é direcionar a “pesquisa aplicada” aos setores industriais e empresariais. A autora continua suas descrições sobre as finalidades dos institutos federais afirmando que essas instituições são um modelo alternativo à “universidade de pesquisa”, que vem sendo implementado na América Latina, nos últimos anos, a partir do incentivo explícito do Banco Mundial.

Nossas leituras nos levam a compreender a continuidade da relação entre os setores privados e o setor público, explícito na dualidade histórica da educação profissional. Pelo olhar dos pesquisadores estudados podemos ler, de modo crítico, a realidade concebida pela Lei nº 11.892/08. Os institutos federais foram um meio de consolidar as práticas de

hegemonia que se iniciaram décadas com políticas públicas de atendimento ao capitalismo nacional e internacional. Entendemos assim a continuidade ou retrocesso das finalidades da educação profissional no Brasil, ainda fundamentas na dualidade entre formação técnica e formação geral.

Já os cursos técnicos integrados ao ensino médio podem assumir o papel de findar a dualidade histórica da educação. No entanto a oferta desses cursos, apesar de não exclusiva, está associada aos institutos federais, comprometendo assim seu objetivo principal de extinguir a dualidade na educação. Frigotto (2007) afirma que a política de criação dos institutos não concebe o conceito do ensino médio integrado, uma vez que a concepção de ensino integrado é diversa e até mesmo contraditória ao modelo oferecido nessas instituições. Os cursos técnicos integrados resultam da luta para superar o tecnicismo e o dualismo no ensino médio, no entanto, muitas vezes, esses cursos são ofertados nos institutos federais por imposição legal, o que demonstra que essas instituições “não encamparam nem teórica e nem politicamente a proposta do integrado (FRIGOTTO, 2009, p.5)”.

Dentro desse quadro é preciso refletir sobre os caminhos a serem seguidos, considerando que a criação dos institutos federais e a oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio contribuem para a manutenção da dualidade histórica da educação e ao mesmo tempo trazem possibilidades a partir de um novo contexto posto para a educação profissional. “Buscar compreender as diferentes determinações que conduziram a isso e buscar agir nos diferentes espaços em que atuamos é um imperativo ético-político, pois de uma ou de outra forma estamos implicados neste processo (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.1107). Portanto o trabalho dos envolvidos na educação profissional é desvelar novos caminhos que contribuam para o rompimento com a história da dualidade na educação brasileira.

Considerações finais

A história dos institutos federais está relacionada com a dualidade na história da educação brasileira, a qual atribui a educação integral aos ricos e a educação profissional a classe pobre. Todavia essa dualidade não resulta apenas do cenário da educação profissional.

O presente estudo nos leva a compreender que as reformas realizadas na educação de governo a governo não findaram a estrutura dualista da educação, uma vez que essa característica está relacionada à economia capitalista. A dualidade da educação sempre esteve velada, assegurando os interesses capitalistas e a manutenção da sociedade dividida em classes.

A regulamentação da educação profissional integrada ao ensino médio por meio do Decreto 5154/04 é uma possibilidade de findar a característica dual da educação, pois propõe um ensino médio constituído pela educação integral com habilitação profissional. Todavia a oferta desses cursos está associada aos institutos federais, o que pode comprometer essa nova proposta de formação. Alguns recortes da história demonstram que a criação dessas instituições não desestruturou a tradição histórica da dualidade na educação, mas seguiu os anseios e projetos societários dos governos anteriores.

No entanto a oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio nos institutos federais pode constituir-se em uma possibilidade de reestruturação da educação profissional, o que contribui para findar a dualidade histórica na educação brasileira.

Referências

- BENFATTI, X. D.. **O currículo do ensino médio integrado**: da intenção à realização. 2011. 221f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2011. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/handle/123456789/3413>. Acesso em 20 fev. 2013.
- BRASIL. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.
- _____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília:1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394>. Acesso em 20 maio 2012.
- _____. MEC. Educação Profissional e Tecnológica. **Legislação Básica** – Rede Federal /Parecer CNE/CEB n.º 16/99. ed. 7, Brasília, 2008.
- _____. **Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1997.
- _____. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2004.
- Clavata, M. e Ramos, M..Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola** / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v. 5, n. 8, jan./jun. 2011 – Brasília: CNTE, 2007. Disponível em http://sinproesemma.org.br/dados/arquivos/revista_esforce_n_8_jan_jun_2011.pdf. Acesso em 17 março 2013.

FRIGOTTO, G, CIAVATTA, M., RAMOS, M. A política de educação profissional no governo lula: um percurso histórico controverso. **Educação & Sociedade**, 2005. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313714017>> ISSN 0101-7330. Acesso em 22 julho 2013.

FRIGOTTO, G.. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica, **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10 de março de 2013.

_____. **Qual é a cara do Ensino Médio brasileiro?**. 2009. Portal EMdiálogo - Observatórios Jovem da UFF e da Juventude da UFMG. Disponível em <http://www.emdialogo.uff.br/node/487>. Acesso em 10 de abril de 2013.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 46 jan./abr. 2011.p. 235-274. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>. Acesso em 10 abril 2013.

GRABOWSKY, G. **Financiamento da educação profissional no Brasil: contradições e desafio**. 2010. Tese (Doutorado) – UFRGS, RioGrande do Sul, 2010. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27074>. Acesso em 13 abril 2013.

KUENZER, Acácia. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997. (Questões da Nossa Época).

OLIVEIRA, F.. O avesso do avesso. **Revista Piauí**, São Paulo, n. 37, out. 2009. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/educacao-37/tribuna-livre/o-avesso-do-avesso>

OLIVEIRA, M. A. M. de; CAMPOS, F. A. C.. História dos cefet's dos primórdios a atualidade: reflexões e investigações. In: Seminário de Educação Profissional e Tecnológica, 1., 2008, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: CEFET, 2008. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema6/TerxaTema6Artigo9.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

OTRANTO, C. R.. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia –IFETs. **Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ)**, Ano I, n. 1, jan-jun 2010, p.89-110. Disponível em <http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>. Acesso em 13 fev. 2013.

RAMOS, A. F.. **Educação, trabalho e formação do trabalhador de nível técnico: políticas públicas sobre educação profissional em Uberlândia-MG**. 2010. 194 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/828>. Acesso em 5 março 2013.

SCHMIDT, M. A.. **Os institutos de educação, ciência e tecnologia: um estudo da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 2010. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=193317. Acesso em 5 fev. 2013.

SOARES, A. M. D.. **Política educacional e configurações dos currículos de formação de técnicos em agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto de Ciências Humanas e Sociais,

Rio de Janeiro, 2003. Disponível em http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-20102/1SF/Textos/Tese_Ana_Dantas.pdf. Acesso em 26 jan. 2013